

Carta aos candidatos, O IBGE que o Brasil precisa

Vivemos em um período da história que pode ser caracterizado como "era da informação". Este novo paradigma técnico-econômico compreende transformações sociais, entre elas técnicas e organizacionais, que têm como "fator-chave" a informação, a grande disponibilidade delas é resultado dos avanços das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Entretanto, além da redução impactante dos custos de produção e da ampliação da velocidade de transmissão das informações, a característica essencial da informação é a confiabilidade. Essa característica é conferida aos órgãos oficiais de produção de estatística, na medida em que estes compõem a estrutura do estado, estando pautados por um conjunto de princípios que norteiam a sua atuação, tais como independência, autonomia, transparência, publicidade, comparabilidade internacional entre outros.

O IBGE nasceu em 1936 com a atribuição de organizar e manter os serviços oficiais de estatística e de informações geocientíficas, o órgão também está intrinsecamente ligado à elaboração e execução de planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico social. Essa atividade, quase 90 anos após a fundação do IBGE, nunca foi tão central tendo em vista a necessidade de promover planejamentos em nível nacional e subnacionais que possam contribuir para superar os problemas da nossa sociedade, como a falta de emprego, a carestia, a degradação ambiental, a violência, a fome e a miséria, e para a construção de uma cidadania realmente efetiva.

O IBGE é uma instituição de produção de informações científicas, desde sua fundação, o que é reafirmado pela CF 88, as atribuições do IBGE estão mais claramente expressas no artigo 21, inciso XV. Na constituição figuram também diversas áreas nas quais a instituição possui papel fundamental, pois é o órgão que produz os insumos necessários para a implantação de políticas públicas.

Além de caráter científico, o IBGE produz dados para o interesse público que possui usuários em toda sociedade, entre eles: academia, organizações não governamentais, empresas nos mais diversos ramos da sociedade e, principalmente, o Estado utiliza as informações produzidas pelo órgão para gestão de políticas públicas. Assim, as informações produzidas pelo IBGE, como elementos estruturadores de políticas públicas nas diferentes fases (diagnóstico, monitoramento e avaliação de impactos), precisam se adequar em termos de diversidade temática e acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade.

As informações produzidas pelo IBGE, ao longo de sua história, assim, revelaram no passado e continuam demonstrando no presente, que o Brasil é um país desigual em várias dimensões, em termos de renda, sexo, cor ou raça, região e em termos digitais. E, para a constituição de todos os brasileiros como cidadãos, o país necessita da garantia de informações públicas, relevantes, tempestivas, de fácil acesso e com credibilidade. Em tempos de fake news, a garantia dessas informações fidedignas é um dever importante do Estado.

O IBGE que o Brasil precisa é aquele com condições materiais para atendimento das demandas da sociedade, que são crescentes e requerem cada vez mais detalhamento notadamente no âmbito territorial. Então, o órgão precisa estar disponível para realizar as alterações e adaptações necessárias para tal atendimento e contemplar suas mudanças ao longo do tempo.

Com o advento da sociedade da informação, pautada no desenvolvimento das TICs, o IBGE foi atravessado por essas inovações. Por ser uma instituição produtora de informações, houve alteração completa dos processos de trabalho, além de terem sido necessárias atualizações metodológicas e a adoção de inovações, que também acompanharam a diversificação das demandas.

Apesar do seu desempenho e do seu papel estratégico, o IBGE sofre com a imposição de limites à sua capacidade de produção, ao mesmo tempo em que se ampliam as demandas e os desafios de retratar a realidade brasileira. O rompimento desses limites se dará, em parte, pela imperiosa revogação da Emenda Constitucional 95, que limita os gastos públicos por 20 anos, impondo uma situação de asfixia aos serviços e aos servidores públicos.

Além disso, às vésperas do primeiro turno das eleições gerais de 2022, solicitamos de sua candidatura um compromisso claro com o IBGE e com os seus trabalhadores em defender os seguintes pontos:

1- Concurso público para reposição do quadro de funcionários. A direção do IBGE solicitou autorização para concursar 2500, sendo que há mais de 7 mil cargos vagos na instituição. Precisamos de pessoal qualificado permanente para cumprir nossa missão. O IBGE atualmente possui mais de 50% da sua força de trabalho constituída por trabalhadores temporários envolvidos nas pesquisas contínuas da casa. É natural que para a realização de levantamentos esporádicos, como os censos, sejam contratados trabalhadores temporários, no entanto, quando se trata de trabalhos contínuos essa prática é uma aberração.

2- Orçamento adequado para as suas pesquisas, que seguem metodologias científicas e internacionais. O orçamento do IBGE tem sido progressivamente declinante em termos reais, prejudicando a capacidade de planejamento da instituição e de atendimento das demandas da sociedade no longo prazo.

3- Valorização profissional: nova carreira, reajuste salarial e plano de atualização técnica por meio de cursos de qualificação e projetos de cooperação técnica com outras instituições brasileiras e estrangeiras.

4- Garantia de autonomia técnica para manutenção da qualidade da informação, que se refere à devida conformidade com as normas, regras ou projetos e a verificação técnica da adequação dos meios aos fins propostos.

5- Fortalecimento do papel de coordenação por meio da implantação do Sistema Nacional de Informações Oficiais.

6- Fortalecimento das relações institucionais que garantam o uso de registros administrativos para produção de informações estatísticas em conformidade com os princípios fundamentais das estatísticas oficiais.

7- Criação de espaços de escuta ativa da sociedade (Fóruns, GTs, Câmaras Técnicas) sobre o escopo temático e sobre as estratégias do órgão para fazer face a tais demandas.

8- Democratização do órgão, com a implantação de planejamento do programa de trabalho com os trabalhadores, bem como o preenchimento de cargos de direção por processo eleitoral, como ocorre hoje em órgão como a FIOCRUZ e nas universidades.

Em função do exposto, pedimos um compromisso público do candidato à Presidência com os pontos que constam nesta Carta, a qual divulgaremos a toda a categoria antes da eleição de outubro/2022.

Executiva Nacional da ASSIBGE – Sindicato Nacional



ASSIBGE

Sindicato Nacional